



## As eleições de 1933 e a participação feminina

Mônica Karawejczyk

mento e eleições — estas  
as duas grandes palavras  
cívico que ora vivem nos,  
urbado pelo Carnaval.  
rte a Sul — e São Paulo  
ente — a palavra é uma  
eito de voto.

Democracia é o governo  
para o povo, indiscutível-  
los os cidadãos e cidadãs  
terra precisam influir  
nas dos governos.

O ALISTAMEN-  
TO ELEITORAL  
NA FEDERAÇÃO  
F E M I N I N A

van  
isso  
tod  
ve



## ALISTAMENTO ELEITORAL FEMININO



Mulheres na fila aguardando a chamada para o alistamento eleitoral. **Fonte:** *Careta* (RJ), Ano XXVI, n. 1286, 11 de fevereiro de 1933, p. 32. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.  
Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader/083712/52016>.

## Às urnas, cidadãs!

Quarta-feira, 3 de maio de 1933, o dia em que as mulheres, de norte a sul, de leste a oeste do Brasil enfim puderam votar amparadas pela lei. Desde a segunda metade do século XIX, ocorreram manifestações em torno da questão do voto feminino no Brasil. As reivindicações aumentaram a partir do final da década de 1880, uma vez que havia a expectativa real de mudanças na legislação com a feitura de uma nova Constituição, a primeira da era republicana. Contudo, essa questão, apesar de ter sido tratada durante a Constituinte, não foi ali admitida; o que se deu foi a redação de um artigo que determinou serem eleitores no Brasil os cidadãos maiores de 21 anos. A discussão que se estabeleceu a partir de então era se as mulheres deveriam ser consideradas ou não cidadãs. O sufrágio realmente universal demandou muita luta, que envolveu homens e mulheres em vários momentos da nossa história, desde esparsos pedidos ocorridos ao longo do Império até sua conquista definitiva. Durante todo esse período, um dos argumentos mais utilizados para negar o acesso feminino às lides eleitorais era de que a mulher, ao se intrometer no mundo político, masculino por excelência, estaria colocando em risco a família, pois a ordem natural e universal dos sexos estaria sendo contestada, fazendo com que a vida doméstica fosse desorganizada e a imagem idealizada de uma mãe de família amorosa, voltada para as lides domésticas e dedicada ao marido e ao lar, acabasse. Tais argumentos parecem apontar que havia medo de que qualquer mudança no papel tradicional exercido pela mulher também instauraria o caos na sociedade e ocorreria uma inversão – impensável – nos papéis masculinos e femininos, fazendo com que os homens assumissem as lides domésticas e os cuidados com os filhos.





O sr. Washington Luís, futuro Presidente da República, externou-se, em sua admirável plataforma política, lida recentemente no banquete do Automóvel Club, a favor do voto feminino; e a mulher brasileira, representada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e outras associações femininas e senhoras e senhorinhas do magisterio, commercio, funcionalismo publico e trabalhos femininos, congratulou-se com s. ex. pela sua escolha para o alto cargo de Presidente da República, entregando a s. ex. uma mensagem assignada por mais de duas mil senhoras e senhorinhas da nossa sociedade. A nossa gravura mostra o eminente brasileiro no Palace Hotel em companhia de algumas das senhoras e senhorinhas que o foram cumprimentar na tarde do domingo ultimo. A esquerda do sr. Washington Luís, a senhorinha Bertha Lutz, presidenta da Federação pelo Progresso Feminino; senhora Jeronyma de Mesquita, presidenta do Conselho Nacional de Mulheres, e viuva Enéas Martins, presidenta do Recolhimento de Desvalidas de Petropolis.

Fotografia retratando o então Presidente da República, Washington Luís, reunido com algumas mulheres, dentre elas: Bertha Lutz, Presidente da Federação pelo Progresso Feminino, e Jeronyma de Mesquita, Presidente do Conselho Nacional de Mulheres. **Fonte:** *Revista da Semana* (RJ), Ano XXVII, n. 7, 6 de fevereiro de 1926, p. 29. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/025909\\_02/11019](http://memoria.bn.br/DocReader/025909_02/11019).

A inclusão feminina na cena eleitoral no Brasil foi conquistada após longos anos de lutas das feministas e de várias tentativas parlamentares de estender o alistamento eleitoral às brasileiras durante o período da Primeira República. Tal debate só acabou se encerrando no início da década de 1930, quando Getúlio Vargas, ao assumir a chefia do Governo Provisório, designou uma subcomissão legislativa para estudar e propor a reforma da lei e do processo eleitorais. Das

deliberações dessa subcomissão é que surgiram o voto secreto e o voto feminino. No Código Eleitoral de 24 de fevereiro de 1932, ficou determinado: “é eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste código”, deixando claro que as mulheres poderiam participar das lides eleitorais, como eleitoras e candidatas, caso quisessem, pois também foi sacramentado o caráter facultativo para todas as mulheres. No continente americano, o Brasil foi o quarto país a estender tal direito para suas cidadãs, depois do Canadá (1917), dos Estados Unidos da América do Norte (1920) e do Equador (1929).

Logo após essa conquista, as atenções e tensões nacionais voltam-se para o pleito de 3 de maio de 1933, convocado para preencher 214 vagas para deputados constituintes. A inédita participação feminina foi evocada pela imprensa em todas as etapas do processo, iniciando com o alistamento, que teve destaque inusitado em todo o território nacional.

## O alistamento eleitoral e a qualificação das eleitoras e dos eleitores

O período de alistamento foi curto, mas intenso. A qualificação eleitoral foi iniciada no dia 3 de novembro de 1932 e se encerrou em 25 de março de 1933. No início do período do alistamento, em 9 de novembro, o jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre, por exemplo, estampou nas suas páginas que o direito do voto feminino, que no Brasil havia sido tão propagado, discutido, confundido e incompreendido, acabava de ser vitorioso. Vitorioso porque entrou para o domínio da prática do alistamento eleitoral.

O Código Eleitoral determinava dois tipos de qualificação, a *ex officio* e a por iniciativa do cidadão. Entre os que tiveram sua qualificação automática, estavam os funcionários públicos efetivos, as pessoas que exercessem alguma profissão liberal, bem como os professores de estabelecimentos de ensino. Contudo, a obrigatoriedade do alistamento das funcionárias públicas gerou controvérsias, o que levou o Ministro Hermenegildo de Barros, Presidente do Tribunal Superior



de Justiça Eleitoral, a decidir, em fevereiro de 1933, ser facultativa à funcionária pública a ação de votar.



Título eleitoral de Rosa dos Santos Siqueira, de 1934. Na fotografia à esquerda, as digitais e, na da direita, a frente do título eleitoral. **Fonte:** Acervo do Tribunal Regional Eleitoral do Pará.

Outra novidade dessa eleição foi a necessidade de os eleitores, em curto espaço de tempo, terem que providenciar novo cadastro, pois foi implantado novo modelo de título eleitoral, pela primeira vez com fotografia e impressão digital do eleitor. Assim, sendo alistado, compulsória ou voluntariamente, para participar da eleição, o cidadão – e a cidadã – deveriam comparecer à secretaria do Tribunal ou a um Cartório Eleitoral para serem identificados. A questão da incorporação da fotografia do eleitor foi proposta como uma forma de coibir fraudes, mas também acarretou muita discussão no período, até mesmo pela dificuldade de se

obter fotos fora das capitais dos estados. Os partidos políticos, as associações e os clubes abriram suas portas para ajudar os eleitores a reunir os documentos necessários para o alistamento. Postos e seções exclusivas para ajudar e incentivar as mulheres ao alistamento foram abertos em todo o país. No Rio de Janeiro, uma das associações femininas mais ativas no período, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), abriu as portas de sua sede para ajudar as mulheres no alistamento, bem como a Federação dos Voluntários de São Paulo/SP, que, desde janeiro de 1933, destinou salas especiais para o alistamento feminino em vários núcleos espalhados pelo estado. Os vários partidos que estavam se formando no país também abriram suas sedes para facilitar o alistamento, disponibilizando, de forma gratuita, todos os meios para o alistamento, inclusive fotografias, e, até mesmo, salas exclusivas para atender as senhoras e senhoritas.



4 — III — 1933 9 O MALHO



**O ALISTAMENTO ELEITORAL NA FEDERAÇÃO FEMININA**

Alistamento e eleições — estas são as duas grandes palavras do Brasil cívico que ora vivem normal perturbado pelo Carnaval. Do Norte a Sul — e São Paulo especialmente — a palavra é uma só: o direito de voto.

E se a Democracia é o governo do povo para o povo, indiscutivelmente todos os cidadãos e cidadãs da nossa terra precisam influir nas escolhas dos governos.

Não nos lembramos quem disse uma das palavras mais verdadeiras que já se ajustaram ao Brasil — “Cada povo tem o governo que merece”.

Mas o caso é que até agora, em nossa incipiente democracia esta phrase tem sido optimamente collocada. Por que? Eis a razão: com uma população de 40 milhões de habitantes, só tivemos dois milhões de eleitores. Não votamos, e depois nos queixamos dos máus governos.

Na Republica Nova, o Partido Economista e a Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino, sob a orientação da Dra. Bertha Lutz, líder feminista, estão na

vanguarda do alistamento. E por isso — só por isso — merecem todos os elogios e encomios dos verdadeiros brasileiros.

Em uma visita que ha dias fizemos á Federação Feminina, surpreendeu-nos a actividade, a propaganda e o corre-corre natural destes dias, proximos ás eleições. A Federação Feminina e a Dra. Bertha Lutz são o symbolo, neste momento, da mulher que por dez reivindicou o direito do voto.

E será uma covardia, se, após a victoria, a mulher, com o seu voto e a sua vontade de trabalhar, seu idealismo e seus pensamentos, não accorrem, em massa, ás bancas eleitoraes ou á séde da Fedração, alistando-se, cumprindo o seu dever.

Nesta photographia, especialmente apanhada pelo O MALHO, vêem-se sentadas as sras. Adelia de Castro e Carmen de Carvalho, secretarias da Federação Feminina, ao lado da sra. Julieta Nogueira, da Aliança Cívica de Mulheres de São Paulo, no serviço de alistamento. Em pé, a Dra. Bertha Lutz, alma de toda essa organização.



Notícia retratando o trabalho da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em prol do alistamento das mulheres. Na fotografia, destaque para Bertha Luz, de pé, supervisionando os trabalhos. **Fonte:** *O Malho: semanario de humor artistico e litterario* (RJ), Ano XXXII, n. 1576, 4 de março de 1933, p. 9. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/77898>.

Todos os periódicos do país incluíram matérias sobre o alistamento eleitoral, ora mostrando cenas inusitadas, como mulheres tirando fotos para os títulos eleitorais, ora conclamando as brasileiras ao alistamento, afinal o voto para elas era facultativo. A revista *Careta*, publicada na capital federal, por exemplo, estampou nas suas páginas o ineditismo do alistamento feminino em uma sequência de imagens que destacou o momento do registro fotográfico das futuras eleitoras.



Alistamento eleitoral feminino no gabinete fotográfico do Partido Economista do Distrito Federal. **Fonte:** *Careta* (RJ), Ano XXVI, n. 1286, 11 de fevereiro de 1933, p. 31. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/52015>.

Outra revista, o *Brasil Feminino*, do Rio de Janeiro, chegou a conclamar as mulheres a se alistarem, afirmando nas suas páginas ser este um dever, mais do que um direito, lembrando as suas leitoras de que “só pesa a opinião de quem vota” (BRASIL FEMININO, ed. 10, fev./mar. 1933, p. 11). São Paulo foi um dos estados em que o entusiasmo verificado na qualificação eleitoral mais pôde ser verificado. A imprensa publicava apelos nos quais se lia: “Alistem-se, para o bem de São Paulo”, “S. Paulo



precisa de vós, senhoras paulistas. Alistai-vos”. No Estado de São Paulo, o alistamento feminino chegou ao patamar de 40% dos alistados totais, um dos maiores do Brasil.

A atuação dos católicos e da Liga Eleitoral Católica (LEC), criada para incentivar a atividade de qualificação eleitoral, também deve ser salientada. A LEC orientava os vigários a incentivarem as mulheres a se alistarem, destacando que o voto, mais do que um direito recém-adquirido, era um dever para garantir a eleição de deputados que defendessem as reivindicações da Igreja Católica na próxima Constituinte, a saber: ensino religioso facultativo nos colégios públicos, assistência religiosa ao Exército e reconhecimento civil do casamento religioso. Mesmo nesse período, ainda encontramos posicionamentos diversos quanto à questão do alistamento feminino, com todas as variantes. Os argumentos dos opositores eram praticamente os mesmos e destacavam que, para eles, a mulher era um ser concebido para ser resguardado dos males sociais, voltada para o cuidado dos filhos e do lar. Por outro lado, os que advogaram pela inserção das mulheres no mundo da política vincularam seus argumentos a questões do público, do direito e da democracia, bem como destacaram que as mulheres trariam ordem e disciplina para o cenário político, em especial para os dias das eleições.

A inédita participação feminina no pleito eleitoral foi destaque na imprensa nacional, para além da convocação do alistamento, mas, também, dando conta da presença de mulheres em todas as etapas do processo, participando em comícios e caravanas de propaganda, bem como apresentando-se como candidatas, trabalhando como mesárias, fiscais e até mesmo na apuração dos votos. Os jornais veicularam, por exemplo, o alistamento de mulheres ilustres, tais como a irmã de Carlos Gomes, de senhoras de idade avançada e de *misses*. São sempre utilizadas expressões e palavras como *exemplo de civismo e patriotismo* para qualificar o comparecimento das mulheres nas mesas de alistamento. A presença feminina antes da eleição foi destacada tanto na entrega de títulos e na propaganda eleitoral das candidatas quanto na divulgação do comício da candidata Nathercia da Cunha Silveira, primeiro ocorrido no Distrito Federal, em praça pública.



Comício de propaganda da candidata Nathercia Silveira, na Esplanada do Castelo, Rio de Janeiro. Fonte: *Correio da Manhã* (RJ), Ano XXXII, n. 11779, 28 de abril de 1933, p. 3. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_04&pasta=ano%20193&pesq=%22em%20atividade%20na%20politica%22&pagfis=16264](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_04&pasta=ano%20193&pesq=%22em%20atividade%20na%20politica%22&pagfis=16264).

Apesar de tanto entusiasmo destacado pelos periódicos no período do alistamento, a participação popular continuou tão baixa quanto na Primeira República, e o número de eleitores inscritos em todo o país foi de 1.284.904, cerca de 3,3% da população brasileira. Um fator que não pode ser ignorado é que a taxa de analfabetismo entre os brasileiros era muito elevada, sendo estimada em torno de 60% da população em 1930. Isso talvez explique porque a percentagem de mulheres alistadas para votar na eleição de 1933 era relativamente baixa, entre 20 e 40% do eleitorado total, dependendo da cidade. Outro fator que não pode ser ignorado é que o alistamento para mulheres era facultativo.



# O dia da eleição – 3 de maio de 1933



Primeira página do jornal *A Noite* destacando o voto feminino. Fonte: *A Noite* (RJ), Ano XXIII, n. 7700, 4 de maio de 1933, p. 1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970\\_03&pasta=ano%201933&pesq=7700&pagfis=12720](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_03&pasta=ano%201933&pesq=7700&pagfis=12720).



Seção exclusiva de mulheres no Meyer (Rio de Janeiro). Fonte: *Fon-Fon: semanario alegre, politico, critico e espusiante* (RJ), n. 19, 13 de maio de 1933, p. 30. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/259063/83095>.

A eleição para escolha dos deputados constituintes iniciou-se às 8 horas da manhã, e as brasileiras ali estavam presentes. As inscrições dos cidadãos para concorrer a uma das vagas de deputado constituinte foram aceitas até o dia 28 de abril, quase às vésperas das eleições. Entre os inscritos, estavam pouco mais de 20 mulheres, candidatas por algum partido ou avulsas. Foram candidatas a uma vaga para o cargo de deputado constituinte: por Minas Gerais, a Professora Maria Rita Burnier; por São Paulo, a Médica Carlota Pereira de Queiroz; pelo Rio de Janeiro, as Professoras Guiomar Souto de Avellar, Maria Pereira das Neves, Lydia de Oliveira e Sylvia Leon Chalreu, a Dra. Alzira Reis Vieira Ferreira, Leontina Imbuzeiro da Costa, Catharina Valentim Sant'Anna e Elisa José Grego; pelo Distrito Federal, a Bióloga



Bertha Lutz, a Professora Leolinda de Figueiredo Daltro, a Advogada Nathercia da Cunha Silveira, a Jornalista Ilka Labarthe, a Dentista Thereza Rabello Macedo, a Escritora Anna Vieira César, Georgina de Azevedo Lima e Julieta Monteiro Soares Gama; e, pela Bahia, a Professora Edith Mendes de Gama e Abreu e Maria Luiza Doria Bittencourt. Candidatando-se por Pernambuco, tivemos as Escritoras Edwiges de Sá Pereira e Martha de Hollanda Cavalcanti; e, pelo Estado do Maranhão, Lucilia William Coelho de Souza.

Expressões como *viva animação, grande e perfeita ordem, atitude ordeira e pacífica, e absoluta calma* foram as mais utilizadas pelos jornalistas para descrever o pleito em todo o território nacional. A presença feminina, em particular, foi descrita como entusiasmada, alegre, paciente e ordeira. As imagens publicadas nos jornais também destacaram mulheres nas filas, flagradas fazendo *cabala* (boca de urna) e cuidando de bebês enquanto esperavam a vez de votar, destacando o inusitado da presença feminina no antes território exclusivamente masculino. Seções especiais, nas quais apenas mulheres votavam, também puderam ser encontradas em muitos estados, tais como Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro.

A imprensa de todo o país destacou a seção do Meyer, no Distrito Federal, que recebeu apenas mulheres como eleitoras e contava com mesárias e fiscais das eleições. O *elemento feminino* foi descrito também como *irradiante, repleto de ardor cívico e perfumando as seções*. No seu batismo eleitoral, as brasileiras foram exaltadas pelos periódicos como eleitoras, e uma mulher foi eleita, Carlota Pereira de Queiroz.

A eleição de 1933 mostrou que houve interesse das mulheres em participar

Carlota Pereira de Queiroz, a única mulher eleita, no pleito de 3 de maio de 1933, para a Assembleia Nacional Constituinte. **Fonte:** Arquivo Público do Estado de São Paulo/Centro de Memória Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.



daquele momento histórico, e muitas brasileiras participaram da estreia feminina no mundo político. Como eleitoras, a presença feminina começou a ser vista com mais naturalidade nesse mundo antes restrito aos homens. Contudo, ainda há um longo caminho até que as mulheres consigam atuar como representantes de todos, homens e mulheres, e possam ocupar os cargos eletivos.



Clemente Mariani e outros durante o chá oferecido pela Associação Feminina aos deputados constituintes baianos, no Hotel Glória, em 1934 (presentes no evento: Bertha Lutz, Francisco Prisco Paraíso de Sousa, Carlota Pereira de Queiroz, Maria Sabina e João de Lima Teixeira).

**Fonte:** Arquivo Clemente Mariani, FGV CPDOC, CMa foto 005.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/CMa/audiovisual/clemente-mariani-e-outros-durane-o-cha-oferecido-pela-associacao-feminina-aos-deputados-constituientes-baianos-no-hotel-gloria>.



## Agradecimento

A realização da pesquisa foi possível graças à bolsa de pesquisa do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD/Capes).

### Sugestões de leitura

COSTA, Ana Alice Alcantara. *As donas no poder: mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2020.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. *Bertha Lutz*. Brasília: Câmara dos Deputados, Ed. Câmara, 2016.

NICOLAU, Jairo. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2014.

PRESTES, Ana (org.) *Cem anos da luta das mulheres pelo voto: Argentina, Brasil e Uruguai*. Porto Alegre: Instituto E Se Fosse Você, 2021.